

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 509.859 - MG (2019/0135414-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**IMPETRANTE** : RODRIGO GENOVES VARANDA  
**ADVOGADO** : RODRIGO GENOVES VARANDA - MG113388  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PACIENTE** : ADRIANO JOSE DAMAS (PRESO)

## DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em benefício de ADRIANO JOSE DAMAS contra decisão de desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais que indeferiu pedido liminar no HC n. 1.0000.19.048746-2/000.

Extraí-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante por ter supostamente praticado delito tipificado no art. 306, da Lei n. 9.503/97 (conduzir veículo com a capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool). Ao analisar a prisão, o Juízo de primeiro grau concedeu a liberdade provisória, mediante recolhimento de fiança no valor de R\$ 2.000,00. Todavia, a fiança não foi recolhida.

Irresignada, a defesa impetrou o *habeas corpus* originário, cuja liminar foi indeferida em decisão acostada às fls. 74/75.

No presente *writ*, o impetrante alega necessidade de superação da Súmula n. 691 do Supremo Tribunal Federal diante do constrangimento ilegal suportado pelo paciente.

Ressalta que o recolhimento da fiança é extremamente oneroso, uma vez que o paciente é moto taxista, não tendo condições financeiras de arcar com o valor.

Sustenta que não estão presentes os fundamentos do art. 312 do CPP e indica a desproporcionalidade na medida constritiva, porquanto, se condenado, o réu não cumprirá pena em regime fechado.

Pugna, assim, em liminar e no mérito, pela expedição de alvará de soltura.

Deferida a liminar (fls. 83/86) e informações prestadas (fls. 97/103 e 114/154), o Ministério Público Federal opinou pela concessão da ordem de ofício (fls. 158/163).

É o relatório.

Decido.

# Superior Tribunal de Justiça

A jurisprudência desta Corte Superior, aplicando por analogia o Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, firmou-se no sentido de não conhecer de *mandamus* impetrado contra decisão indeferitória de liminar na origem, excetuados os casos nos quais, de plano, é possível identificar flagrante ilegalidade ou teratologia do referido *decisum*.

Conforme relatado, busca-se, no presente *writ*, o afastamento da fiança arbitrada em desfavor do paciente na decisão que concedeu a liberdade provisória.

Por oportuno, segue a transcrição da decisão do Juízo de primeiro grau, na parte que interessa:

*In casu, ponderados os critérios de necessidade e adequação preconizados no art. 282, incisos I e II, do CPP, a rigor do que dispõe o art. 321 do CPP, tenho como possível, juridicamente, a concessão do benefício da liberdade provisória ao autuado, vinculada ao recolhimento de fiança, nos moldes das medida(s) cautelares diversa(s) de prisão (art. 319, inciso VIII, c/c art. 325, todos do CPP):*

*A - pagamento de fiança no valor de R\$ 2.000.00 (dois mil reais);*

*Consigno, por oportuno, que a custódia cautelar do autuado poderá ser decretada a qualquer tempo, caso restem configuradas as circunstâncias autorizadoras, quais sejam, a garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, para assegurar a aplicação da lei penal ou em caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas por força de outras medidas cautelares.*

*Ante o exposto e pelo mais que dos autos consta, defiro ao autuado ADRIANO JOSÉ DAMAS o benefício da liberdade provisória, mediante pagamento da fiança ora arbitrada e desde que assumam os compromissos previstos nos arts. 327 e 328 do CPP e mediante o cumprimento individual da(s) medida(s) cautelar(es) diversa(s) de prisão fixadas na presente decisão, sob pena de revogação (art. 310, parágrafo único, in fine, do CPP). (fls. 71/72).*

O Desembargador do Tribunal de origem, por sua vez, indeferiu a liminar, mantendo a fiança arbitrada, destacando que:

*Isso porque a concessão de liminar na precária via do habeas corpus só é possível quando inegavelmente demonstrados o perigo na demora e a fumaça do bom direito, o que não é o caso, data vênia.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*Se o periculum in mora parece sempre existir quando se trata do remédio heróico, fato é que não foi aqui cabalmente demonstrado o fumus boni iuris ensejador da ordem precária.*

*A precariedade de informações, em que pese a inicial descrever a ilegalidade e ter vindo acompanhada de documentos, não autoriza desde logo a conclusão de que o Magistrado agiu arbitrária e ilegalmente. É certo que a liminar, que nem sequer tem previsão legal, só poderia ser deferida se o impetrante demonstrasse a coação desmedida por parte da autoridade impetrada de forma plena e incontestada.*

*Não sendo o caso, a prudência recomenda sejam colhidas informações do juízo a quo para que melhor se apure o fato e, então, se decida sobre validade ou não da decisão impugnada. (fls. 74/75).*

Da análise dos autos, verifica-se que, embora o Magistrado tenha reconhecido a desnecessidade da segregação cautelar, uma vez que ausentes os requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal – CPP, aplicou medidas alternativas do art. 319 do CPP, tendo, dentre ela, condicionado a liberdade provisória do paciente ao recolhimento da fiança arbitrada no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Entretanto, é certo que a jurisprudência desta Corte Superior se sedimentou no sentido de que, nos termos do art. 350 do CPP, ausentes os requisitos previstos no art. 312 do CPP, constitui flagrante ilegalidade a manutenção da prisão preventiva com base exclusivamente no não recolhimento da fiança, como se verifica na hipótese dos autos.

Nesse sentido, confirmam-se os julgados:

***HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO CONTRA DECISÃO QUE INDEFERIU A LIMINAR PLEITEADA NO MANDAMUS ORIGINÁRIO. NÃO CABIMENTO. ENUNCIADO SUMULAR Nº 691/STF. EXISTÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE NA SEGREGAÇÃO ANTECIPADA DO RÉU. SUPERAÇÃO DO ÓBICE. CONHECIMENTO DO WRIT.***

*1. Segundo orientação pacificada neste Superior Tribunal, é incabível habeas corpus contra indeferimento de medida liminar, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão impugnada, sob pena de indevida supressão de instância, dada a ausência de pronunciamento definitivo pela Corte de origem (Súmula 691/STF).*

*2. Vislumbrando-se a existência de flagrante ilegalidade na segregação do paciente, deve ser mitigado o óbice inserto no Enunciado Sumular 691 do STF.*

***FURTO SIMPLES. PRISÃO EM FLAGRANTE. LIBERDADE COM ARBITRAMENTO DE FIANÇA.***

# *Superior Tribunal de Justiça*

**HIPOSSUFICIÊNCIA DO RÉU. ASSISTÊNCIA PELA DEFENSORIA PÚBLICA. INCIDÊNCIA DO ART. 350 DO CPP. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EXISTENTE. LIMINAR DEFERIDA. CONFIRMAÇÃO. ORDEM CONCEDIDA.**

**1. O Superior Tribunal de Justiça entende não ser possível a manutenção da custódia cautelar tão somente em razão do não pagamento do valor arbitrado a título de fiança, a teor do art. 350 do Código de Processo Penal, notadamente quando se tratar de acusado que se declara pobre, tendo sido assistido pela Defensoria Pública.**

**2. Habeas corpus conhecido para, confirmando-se a liminar anteriormente deferida, conceder a ordem, revogando-se a custódia preventiva do paciente, mediante a imposição das medidas alternativas à prisão previstas no art. 319, incisos I e IV, do Código de Processo Penal, sem prejuízo de que outras sejam impostas pelo Juízo processante (HC 363.511/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 26/10/2016).**

**PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. LESÃO CORPORAL. LEI MARIA DA PENHA. PRISÃO EM FLAGRANTE. ARBITRAMENTO DE FIANÇA. NÃO RECOLHIMENTO DO VALOR. RÉU JURIDICAMENTE POBRE. CONDICIONAMENTO DA LIBERDADE AO PAGAMENTO DA FIANÇA ARBITRADA. IMPOSSIBILIDADE. ART. 350 DO CPP. HABEAS CORPUS CONCEDIDO.**

**I - "A imposição da fiança, dissociada de qualquer dos pressupostos legais para a manutenção da custódia cautelar, não tem o condão, por si só, de justificar a prisão cautelar do réu, a teor do disposto no art. 350, do Código de Processo Penal" (HC n. 247.271/DF, Quinta Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJe de 2/10/2012).**

**II - Na hipótese, muito embora sequer tenha sido apreciado o pedido liminar pelo em. desembargador relator do habeas corpus na origem, em despacho no qual se consignou que a medida de urgência apenas seria apreciada após a chegada das informações e do parecer ministerial, momento no qual o remédio heróico já está pronto para o seu julgamento definitivo, verifico a ocorrência de flagrante ilegalidade, consubstanciada no fato de a liberdade do paciente estar condicionada ao pagamento do valor estipulado na fiança.**

**III - Assim, vislumbra-se o constrangimento ilegal na medida em condicionada a liberdade provisória ao pagamento de fiança arbitrada em R\$ 800,00, por se tratar de paciente hipossuficiente, inclusive assistido pela Defensoria Pública.**

**Ordem concedida para, confirmando a liminar deferida, garantir a liberdade ao paciente, independentemente do**

# *Superior Tribunal de Justiça*

*pagamento de fiança, salvo se por outro motivo estiver preso, e sem prejuízo da decretação de outras medidas cautelares diversas da prisão previstas no art. 319 do Código de Processo Penal (HC 333.166/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 11/10/2016).*

**PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. FURTO. INDEFERIMENTO DA LIMINAR NO PRÉVIO WRIT. SÚMULA 691 DO STF. EXISTÊNCIA DE ILEGALIDADE PATENTE. LIBERDADE PROVISÓRIA DEFERIDA. FIANÇA NÃO PAGA. MANUTENÇÃO DA CUSTÓDIA. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. FLAGRANTE ILEGALIDADE. EXISTÊNCIA. ORDEM CONCEDIDA.**

1. A aceitação de habeas corpus impetrado contra decisão que indeferiu a liminar em prévio writ se submete aos parâmetros da Súmula 691 do STF, somente afastada no caso de excepcional situação, o que se verifica na hipótese dos autos.

2. Com o advento da Lei n.º 12.403/11, externaram-se os comandos constitucionais que identificam na prisão provisória o caráter de ultima ratio.

3. *In casu*, existe manifesta ilegalidade, pois, não obstante o reconhecimento, pelo juízo de primeiro grau, da desnecessidade do encarceramento cautelar do paciente, ele continua custodiado em razão do não pagamento da fiança arbitrada.

4. Afigura-se irrazoável manter o réu preso cautelarmente apenas em razão do não recolhimento da quantia determinada, especialmente quando se alega impossibilidade de o fazer e estão ausentes os requisitos exigidos no artigo 312 do Código de Processo Penal.

5. Ordem concedida, confirmando a liminar deferida, a fim de garantir a liberdade provisória ao paciente, independentemente do pagamento de fiança, mantidas as demais cautelares impostas, quais sejam: a) comparecimento periódico em juízo, de forma mensal, para informar e justificar atividades; b) proibição de ausentar-se da Comarca quando a permanência seja conveniente ou necessária para a investigação ou instrução; e c) manter o endereço atualizado (HC 345.331/RS, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe 28/03/2016).

Ante o exposto, não conheço do presente *habeas corpus*, mas concedo a ordem de ofício para, confirmando a liminar, dispensar o paciente do recolhimento da fiança arbitrada, mantidas as demais medidas cautelares impostas.

Publique-se.

Intimações necessárias.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 15 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

